



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 12ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMB. DE DECLARAÇÃO EM REC. DE AGRAVO**
PROCESSO Nº: **0288931-0**
EMBARGANTE: **BANCO BRADESCO S/A**
EMBARGADO : **AZENILDA MARIA MENDES**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC - DECISÃO DE 1º GRAU QUE REJEITOU IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL – PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA EMBARGADA – DESCABIMENTO.

I – O manejo dos embargos de declaração tem por finalidade precípua apreciar possíveis omissões, obscuridades e contradições, e, ainda, eventualmente emprestar efeito infringente, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

II – No caso em tela, todas as questões já foram plenamente exauridas, notadamente quando a matéria já foi alvo de discussão em outro recurso, o qual não logrou êxito.

III - Pretensão de reabertura da matéria embargada, refugindo assim do âmbito dos Embargos de Declaração.

IV – À unanimidade de votos, rejeitou-se os presentes Embargos de Declaração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0288931-0, figurando como Embargante, **BANCO BRADESCO S/A**, e, como Embargado, **AZENILDA MARIA MENDES**; Acordam os Desembargadores que compõem a **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **REJEITAR** os presentes aclaratórios, mantendo na íntegra a decisão recorrida, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 03.10.2013.


Itabira De Brito Filho
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 12ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMB. DE DECLARAÇÃO EM REC. DE AGRAVO**
PROCESSO Nº: **0288931-0**
EMBARGANTE: **BANCO BRADESCO S/A**
EMBARGADO : **AZENILDA MARIA MENDES**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

R E L A T Ó R I O

BANCO BRADESCO S/A, instituição financeira, já devidamente qualificada, por meio de seu bastante procurador, interpôs os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, desafiando acórdão da lavra dessa 3ª Câmara Cível, que nos autos de Recurso de Agravo, houve por negar provimento ao recurso, de modo a manter decisão terminativa proferida pelo então Des. Relator, que entendeu por **negar seguimento** ao Agravo de Instrumento nº 288931-0, que foi igualmente manejado pela antedita instituição financeira, tendo em vista que a matéria, além de já ter sido alvo de apreciação em outro recurso, igualmente vai de encontro à pacificada Jurisprudência dos nossos Tribunais Superiores, consoante permissivo legal contido no art. 557, Caput, do Estatuto Processual Civil.

Irresignada com os termos do julgado, a Embargante alega existir omissão no julgado, uma vez que não fora apreciada questão relativa à natureza da decisão que julgou os Embargos do Devedor, notadamente quando deixou-se de debater os argumentos que foram suscitados naquela demanda.

Requeru, então, fosse suprida essa omissão, argüindo, de logo, o prequestionamento sobre essa matéria.

Nesse diapasão, protestou fossem conhecidos e providos os presentes Embargos de Declaração, de modo a ser reformada a decisão combatida, e, de conseguinte, emprestado efeito suspensivo à decisão de 1º grau, até o julgamento do recurso.

É o relatório.

Recife, 03 de 10 de 2013.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 12ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMB. DE DECLARAÇÃO EM REC. DE AGRAVO**
PROCESSO Nº: **0288931-0**
EMBARGANTE: **BANCO BRADESCO S/A**
EMBARGADO : **AZENILDA MARIA MENDES**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO DO RELATOR

Como é cediço, nos precisos termos do art. 535 do Estatuto de Rito, os Embargos de Declaração tem por finalidade propiciar a integração do julgado, na hipótese de ter ocorrido omissão a ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar, e, ou, eventuais esclarecimentos quanto à obscuridade ou contradições contidas no pronunciamento judicial, possibilitando, ainda, em caráter excepcionalíssimo, emprestar efeito infringente ao julgado, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

No caso em tela, não há que falar-se na existência de omissão, pois, a bem da verdade, o que a parte Embargante pretende é rediscutir toda a matéria já apreciada.

Todavia, para que não parem dúvidas a esse respeito, passo a transcrever trecho da decisão combatida da lavra do então Des. Relator, que bem ressalta esse ponto suscitado pela parte Embargante, senão vejamos :

"....Passando a examinar o caso em tela, tenho que não assiste razão à parte Agravante, uma vez que a presente insurgência recursal nada mais é do que a mera repetição de um outro Agravo de Instrumento de nº 279274-1, de minha Relatoria, cuja matéria invocava a alegada prescrição do título judicial que empresta lastro ao Cumprimento de Sentença que está sendo levado a efeito pela Agravada, Sra. Azenilda Maria Mendes.

Nesse sentido, ressalto que ao apreciar o antedito Agravo de Instrumento de nº 279274-1, entendi por lhe negar seguimento, vez que a matéria nele versada ia de encontro à remansosa jurisprudência dos Tribunais Superiores..."

"....Doutro turno, como bem foi frisado na decisão de 1º grau, as irresignações contidas no incidente de impugnação são absolutamente impróprias de serem debatidas naquela seara, não podendo mais serem revisitadas, na medida em que já foram completamente exauridas, quando da decisão que rejeitou o Incidente de Pré-Executividade que foi interposto pelo banco, o que implica em se dizer que a matéria já estava preclusa.

Nesse diapasão, é que fiz questão de traçar um breve relato do caso em enfoque, para deixar bem claro que o cumprimento de sentença levado a efeito pela exeqüente, ora agravada, **está estribado em sentença de 1º grau, já transitada em julgado, fazendo, portanto, coisa julgada material.**

Deste modo, não se pode sucumbir ao clamor de "perigo de lesão grave e de difícil reparação" em detrimento da efetividade do processo, sob pena de contribuir para o desprestígio das decisões judiciais, notadamente quando foram facultadas inúmeras oportunidades ao executado de defender as suas postulações, sem, contudo, lograr êxito..."

À luz de tais considerações, resta claro que os presente aclaratórios, visam unicamente reabrir a discussão sobre matéria transitada em julgado.



Ante o exposto, rejeito os Embargos de Declaração interpostos contra o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo, para manter incólume a decisão atacada.

É como voto.

Recife, 03 de 10 de 2013.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator